

Vidas e saberes em trânsito: os indígenas preparadores Cipriano de Souza e José da Silva e a Viagem Filosófica na Amazônia colonial portuguesa (1783-1798)

Lives and knowledges in transit: the indigenous preparers Cipriano de Souza and José da Silva on the Philosophic Journey across the Portuguese Colonial Amazon (1783-1798)

Gabriela Berthou de Almeida | Universidade Estadual do Piauí/Campus de Oeiras

gabrielaberthou@ors.uespi.br

<https://orcid.org/0000-0002-8639-3989>

RESUMO O objetivo central do artigo é evidenciar os registros acerca da atuação dos indígenas Cipriano de Souza e José da Silva como preparadores de produtos naturais na documentação legada da Viagem Filosófica do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira nas últimas décadas do século XVIII. Como os estudos do campo da história da ciência têm argumentado, uma rede de apoio local não podia ser dispensada pelos naturalistas nas viagens por terra e rios e para o reconhecimento e coleta de exemplares da flora, da fauna e dos minerais. Procurou-se mapear as menções referentes às presenças ativas dos dois indígenas nos anos em que a expedição percorreu as capitânicas do Pará, São José do Rio Negro e Mato Grosso e Cuiabá. Do mesmo modo, foi abordado o deslocamento de Cipriano de Souza e José da Silva, uma vez findada a Viagem Filosófica, para Lisboa. Embora conhecida a participação dos dois indígenas na expedição, faz-se ainda necessário reunir os fragmentos dos documentos que os mencionam e destacar o trânsito de seus corpos e saberes entre os sertões da América portuguesa e a Europa.

Palavras-chave indígenas preparadores – Amazônia colonial – viagem filosófica – história natural.

ABSTRACT *The main objective of the article is to highlight the records about the role of the indigenous Cipriano de Souza and José da Silva as preparers of natural products in the legacy documentation of the Philosophical Journey of the naturalist Alexandre Rodrigues Ferreira in the last decades of the 18th century. As studies in the field of the history of science have argued, a local support network could not be dismissed by naturalists on land and river trips, as well as for the recognition and collection of*

specimens of the flora, fauna and minerals of the territories covered. An attempt was made to map the references to the active presence of the two indigenous people in the years in which the expedition traveled through the captaincies of Pará, São José do Rio Negro and Mato Grosso and Cuiabá. In the same way, the displacement of Cipriano de Souza and José da Silva to Lisbon after the Philosophical Journey ended was discussed. Although the participation of the two indigenous people in the expedition is known, it is still necessary to gather the fragments of documents that mention them and highlight the transit of their bodies and knowledge between the backlands of Portuguese America and Europe.

Keywords indigenous preparers – Colonial Amazon – philosophical journey – natural history.

Introdução: os práticos e a produção de conhecimento científico

José da Silva foi um preparador de produtos naturais no Museu Real de História Natural da Ajuda. Instalado em Lisboa, o Museu compunha, junto com o Jardim Botânico, Laboratório Químico, Casa de Risco e Livraria, um “complexo científico e museológico” com importância significativa no universo letrado lusitano setecentista (Brigola, 2019). A partir da Ajuda, entre a década de 1780 e meados da seguinte, foi coordenado um projeto de inventário da natureza das colônias portuguesas. Além de ser o espaço de treinamento dos primeiros naturalistas reais remetidos para as capitânicas da América portuguesa, para Angola, Cabo Verde, Moçambique e Goa, o local foi receptor de parte relevante dos exemplares e das informações da natureza ultramarina.

A instituição teve importância “não só no estágio profissionalizante dos viajantes-naturalistas, como também em todas as operações decorrentes da construção ideal do ‘Grande Museu, que sirva de depósito e arquivo para estas riquezas dos seus Estados’” (Brigola, 2019, p. 188). Voltado aos estudos da história natural e para a guarda/aclimatação de exemplares da fauna, da flora e dos minerais, foi dirigido por Domingos Vandelli, o qual se deslocou de Pádua/Itália para atuar profissionalmente em Lisboa e Coimbra. Vandelli desempenhou papel-chave para fazer prevalecer no universo científico português uma concepção de história natural que associava a feitura de um inventário da natureza com “um sentido econômico concernente aos projetos políticos do Estado” (Ferreira, 2016, p. 113).

Foi o naturalista e professor de prestígio internacional, radicado em Portugal, que assinou um ofício, em abril de 1798, endereçado à Rainha D. Maria I, para demandar a equiparação do ordenado de José da Silva ao de outro preparador do Museu Real, João Peres. Ambos desempenhavam a mesma função e tinham igual tempo de serviços prestados à Coroa, mas havia uma disparidade de 130 réis diários em suas remunerações. Peres vencia 300 réis por dia, enquanto Silva ganhava 170 réis. José da Silva “serviria na condição de preparador no Real Jardim da Ajuda até meados do século XIX, trabalhando na instituição no mesmo momento em que o naturalista [Alexandre Rodrigues Ferreira] era seu vice-diretor” (Domingues; Alves-Melo, 2021, p. 171).

O trabalho de José da Silva com produtos dos três reinos da natureza se iniciou anos antes e do outro lado do oceano Atlântico. Como apontado no ofício, ele atuou como “Preparador dos Produtos que se remeteram das capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, pelo espaço de nove anos que acompanhou a Expedição Filosófica daquele Estado” (Livro..., 1798). Assim como Cipriano de Souza, natural Soure, na Ilha Grande de Joanes, José da Silva, nascido em Alter do Chão, era um dos indígenas do Pará incorporados como preparadores de produtos naturais na equipe do naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira quando desembarcou,

acompanhado dos dois desenhistas e de um jardineiro botânico, em Belém (Provisões..., 1780-1795). Merecia, portanto, maior reconhecimento e a concessão régia. Os documentos que nos permitem conhecer o local de origem e a atuação profissional em Lisboa de José da Silva são ainda pouco conhecidos e foram encontrados pela pesquisadora Patrícia Alves-Melo: a solicitação de aumento do ordenado no acervo histórico do Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa e as cartas patentes no Arquivo Público do Estado do Pará.¹

Não é demais lembrar que a Viagem Filosófica coordenada por Alexandre Rodrigues Ferreira foi uma das principais expedições científicas oficiais ocorridas no Império colonial português nas últimas décadas do século XVIII. Com duração de quase dez anos, carregava consigo objetivos próprios campo da ciência, e também interesses políticos e econômicos. Diversos autores ressaltaram como essa e outras viagens ocorridas no período colaboraram para transformar substancialmente o que se conhecia sobre a natureza e os territórios ultramarinos, especialmente de regiões apartadas da costa em África e na América (Reis, 1957; Simon, 1983; Domingues, 1991; Kury, 2004; Pataca, 2006, 2015; Raminelli, 2008; Schiavinatto, 2017; Domingues; Alves-Melo, 2021).

Ao longo de toda a Viagem Filosófica, em correspondências escritas ao secretário da Marinha e Ultramar e para administradores locais, Rodrigues Ferreira ressaltava a necessidade de manter José da Silva e Cipriano de Souza empregados nas diligências da história natural. Ambos não tinham formação letrada, eram práticos, como tantos outros sujeitos com atuação indispensável no cotidiano das expedições de entrada nos sertões, fossem elas científicas ou não, realizadas em diferentes partes do globo. No dicionário de Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva, para a palavra prático foi atribuído o seguinte significado: "homem exercitado, experimentado, versado, cursado em alguma arte, ciência, exercício, que desempenha bem" (Bluteau; Silva, 1789, p. 228).

Eram, portanto, homens e mulheres com acúmulo de saberes – adquiridos a partir da experiência que se atualizava constantemente, do empirismo e da transmissão entre gerações – sobre os caminhos por terra e rios, os usos de plantas para alimentação, produção de bebidas, cura, extração de tintura, as madeiras apropriadas para construção de remos e barcos com maior ou menor duração ou com melhor circulação em igarapés ou em rios encachoeirados, o período e as formas de reprodução de animais e de desova dos peixes. Interessante notar que, no século XIX, o naturalista suíço Luís Agassiz chegou mesmo a denominar em seus escritos de "*practical botanists and zoologists*" os indígenas que conheciam bem as diferentes árvores da Amazônia e as suas propriedades (Antunes; Massarani; Moreira, 2019, p. 139).

Entre os práticos presentes na Viagem Filosófica pela Amazônia estavam, evidentemente, incluídas diferentes nações indígenas, vistas pelos próprios naturalistas, na maior parte das vezes, como inferiores do ponto de vista civilizacional. Denominar como prático um vasto e secular conhecimento estava associado a uma percepção europeia em que os povos indígenas eram vislumbrados como pouco capazes de realizar abstrações e elaborar teorias (Antunes; Massarani; Moreira, 2019, p. 139). Por outro lado, os seus conhecimentos não eram, sobretudo, não podiam

1 O primeiro contato que tive com os dois manuscritos ocorreu no momento de produção da minha tese de doutorado, defendida em 2020 na Universidade Estadual de Campinas. (Almeida, 2020) O acesso aos documentos somente foi possível graças a generosa cessão da historiadora Patrícia Alves-Melo, responsável por localizá-los em acervos português e brasileiro, à qual agradeço imensamente. Em 2021, a pesquisadora, em parceria com Ângela Domingues, publicou um artigo em que o documento do MUHNAC é também abordado (Domingues; Alves-Melo, 2021). Parte das reflexões realizadas neste texto foram, portanto, construídas durante a realização da tese de doutorado e a partir das indicações da banca examinadora.

ser dispensados pelo letrado em campo. Nos dizeres do próprio Vandelli: “os índios, como são os mais inteligentes práticos daquele continente, são também os melhores mestres para nos ensinar os nomes das plantas e seu uso” (Vandelli, [1779] 2008, p. 126).

Em artigo recente Nelson Sanjad, Ermelinda Pataca e Rafael dos Santos argumentam que, no processo de construção dos conhecimentos botânicos, os povos indígenas contribuíram não somente com a circulação de espécies de plantas em uma dimensão global, mas também com conhecimentos relacionados ao cultivo e usos (Sanjad; Pataca; Santos, 2021). Igualmente em publicação recente, Melo-Alves e Domingues reforçaram a relevância de reflexões que permitam perceber o fato “de existirem vários níveis ou esferas de saber nas obras destes naturalistas da segunda metade de setecentos e que estes saberes dialogavam e interagem entre si, coexistindo, por vezes contradizendo-se, mas não se excluindo” (Domingues; Alves-Melo, 2021, p. 160).

Neste artigo corroboramos com a percepção de que o conhecimento acerca das diferentes dimensões da vida humana e da natureza se constitui circulando e a partir de encontros, e não se disseminando de um local para o outro. Segundo argumentou o historiador da ciência Kapil Raj, a produção científica não deve ser entendida como “resultado de trocas e acomodações intra-europeias, mas, mais do que isso, de trocas ativas, se bem que inscritas em relações de poder assimétricas, com as culturas científicas e técnicas de outros continentes” (Raj, 2015, p. 157). Um dos desafios consiste em mapear a variedade de “saber-fazer”, a multiplicidade de atuações e a polifonia de vozes que permeiam os discursos científicos, mesmo quando os registros históricos foram produzidos por sujeitos despreocupados em dar créditos às informações compartilhadas por populações vistas como subalternas.

Como dissemos, depois de deslocarem-se por quase uma década entre as capitanias do Pará, Rio Negro e Mato Grosso e Cuiabá, os dois indígenas preparadores seguiram, junto ao naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e aos riscadores José Codina e Joaquim Freire, para Portugal. Cipriano de Souza e José da Silva colocaram, mais uma vez, seus corpos e conhecimentos – tanto quanto a extensa coleção da Amazônia, composta por exemplares da natureza, objetos da cultura material indígena, diários, memórias e desenhos – em circulação. O que as vidas em trânsito de Cipriano de Sousa e José da Silva nos sugerem? Como o último foi parar no Museu Real de História Natural e Jardim Botânico de Lisboa?

A novidade trazida pelo artigo consiste em reunir os fragmentos de vida dos indígenas preparadores na documentação legada da Viagem Filosófica e refletir sobre a travessia atlântica que os levou para a Europa. O recorte temporal adotado corresponde ao ano do início da Viagem Filosófica na Amazônia colonial portuguesa. Encerra-se com o último registro localizado, até a presente data, sobre a atuação profissional de José da Silva no Real Museu de História Natural da Ajuda. Mapear os saberes, técnicas e os papéis ocupados no cotidiano da viagem pelos práticos é um exercício analítico fundamental para compreensão das lógicas de produção de conhecimento científico.

Os indígenas preparadores de produtos naturais na Viagem Filosófica de Rodrigues Ferreira

Na segunda metade do século XVIII, o modelo colonial português abriu lugar a novas estratégias de poder. Reinos como França, Holanda e Inglaterra constituíram redes de informação

e de redistribuição de exemplares da flora, fauna, minerais e da cultura material humana em escala global. A historiadora Lorelai Kury assegurou que essa “espécie de consciência planetária” do período não deve ser subestimada. As informações reunidas eram tomadas como parte das rotinas administrativas e utilizadas para elaborar estratégias de exploração econômica e humana, o que justificava os investimentos nos estudos da natureza do reino e, principalmente, das colônias. Nunca é demais destacar que “no século das Luzes, o mundo da ciência não era visto como uma esfera independente da política e da economia” (Kury, 2008, p. 74).

Na perspectiva de quem organizava e financiava, o êxito de uma viagem científica dependia crucialmente de serem seguidas regras e premissas bem definidas, as quais almejavam uma universalização de procedimentos. Frederico Abdalla fez um exercício de compreensão do histórico e da estruturação das instruções de viagens enquanto gênero na Europa. Em relação às de cunho científico surgidas no contexto do Iluminismo, notou, como já demonstrado por Kury (1998), que as instruções científicas “procuram dar conta de consolidar as bases de um programa de viagens científicas voltado prioritariamente para a utilidade pública” (Abdalla, 2012, p. 35). Um divisor de águas deste formato foi *Instructio peregrinatoris* (1759), de Eric Anders Nordblad. Ancorado na taxonomia de Lineu, “evidencia a formação de um campo organizado do saber, fundará as bases de um esquema textual, o texto lineano, que irá se repetir durante toda a segunda metade do século XVIII na escrita de instruções” (Abdalla, 2012, p. 34).

Em Lisboa, Domingos Vandelli elaborou as instruções sobre as regras que o filósofo naturalista seguiria em suas peregrinações. O material bastante conhecido por pesquisadores/as foi publicado pela Academia Real das Ciências de Lisboa e circulou para além dos seus discípulos ou sujeitos que realizaram viagens sob sua supervisão. Contemplava os referenciais teóricos e práticos das viagens e deveria servir de guia para o olhar do viajante em campo. Além disso, reconhecia-se a necessidade da escuta e do registro dos conhecimentos indígenas sobre a natureza local. As instruções de viagem foram principiadas destacando a relevância e o formato dos diários, tendo em vista que “muito pouca seria a utilidade das peregrinações filosóficas se o naturalista, fiando-se na sua memória quisesse fazer as suas relações e descrições” (Vandelli, [1779] 2008, p. 93). Apontava em quais elementos os viajantes deveriam centrar a observação: no conhecimento físico e moral dos povos, na qualidade e características do ar, das costas marítimas, da mineralogia, dos rios e lagoas, do reino das plantas, do reino animal e dos insetos. Descrevia a maneira adequada de coletar e preparar os animais, plantas e objetos da cultura material humana que seriam remetidos para Lisboa.

Diante da possível e frequente deterioração de produtos naturais coletados *in loco*, era necessário utilizar técnicas de acondicionamento que viabilizassem a travessia oceânica e, quando era o caso de recolhas feitas nos sertões, os longos trechos de viagem por rio e terra antes de atingir o mar. Havia, deste modo, regras específicas para preparo de aves, peixes, vermes, insetos, quadrúpedes e vegetais. Na situação delas não serem rigorosamente seguidas, seja por falta de cuidado dos naturalistas e seus ajudantes ou por ausência de algum aditivo de conservação, os exemplares da flora ou fauna seriam perdidos, dificultando ou inviabilizando a continuidade dos estudos a serem realizados em laboratórios, museus e gabinetes de história natural.

Por exemplo, os quadrúpedes grandes que não podiam ser enviados vivos para Lisboa, “não hão de ser mortos de modo que se lhes faça rotura na pele; seria para desejar que se apanhassem em laços ou de outro modo que dispensasse, pela rotura da pele, a efusão de sangue.” Uma vez capturado e abatido, o animal deveria ser integralmente limpo. Para tanto, se fazia “uma incisão no corpo do animal que desça um pouco abaixo do ventre, pelo comprido,

até o ânus. Por ele se devem fazer sair as coxas, tendo o cuidado de deixar ficar as unhas nos seus dedos, as quais tiradas juntamente com a cauda e mais o resto do corpo até a metade da cabeça” (Vandelli, [1779] 2008, p. 151).

Feito isto, se entrava em outra etapa da preparação: a de “vazar o cérebro”. Isso era realizado “pelo forame occipital ou fazendo-lhe outro na parte superior do palato que penetra o crânio, cuja cavidade, limpa que seja pelo alúmen calcinado, então se enchera ou de algodão ou de estopa”. A fim de evitar o mau odor, deveria “introduzir lhe matéria de um cheiro forte e penetrante, plantas aromáticas, pimenta, tabaco, cânfora, embebendo tudo na essência de terebintina”. O mesmo preparo da cabeça deveria ser aplicado à pele toda. Antes, contudo, o corpo deveria ser “descarnado, a fim de não ficar coisa que apodreça”. Para tanto, se esfregava em “toda a pele por dentro, onde houver carne, com cal extinta e pulverizada em lugar úmido” (Vandelli, [1779] 2008, p. 151).

A língua e os olhos eram “arrancados, descarnando-se com o escalpelo os queixos quando for possível, contanto que se não lhes tire um só dente, donde segundo o sistema de Lineu se tiram os caracteres para as ordens”. Para finalizar, o animal seria colocado em postura natural, podendo ser utilizados arames para sustentação. Não poderiam faltar os “olhos artificiais, ou de vidro, em que esteja pintado a cor natural” e os “cabelos” deveriam ser penteados levemente, “não lhes deixando nódoas de sangue e o que é principal, extirpando nele tudo o que for princípio de umidade” (Vandelli, [1779] 2008, p. 151). Não nos alongaremos na explanação detalhada sobre as formas de preparar outros animais, basta apenas pontuar que a técnica adotada para os quadrúpedes grandes era uma delas. Como é de se esperar existiam procedimentos específicos para o preparo das plantas também.

José da Silva e Cipriano de Souza foram, portanto, empregados como preparadores dos produtos naturais, ao lado do jardineiro português Agostinho do Cabo, ao longo de toda a Viagem Filosófica pela Amazônia. Não localizamos outros registros a respeito da vida dos dois indígenas antes da chegada de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Pará. Sabe-se somente que Cipriano de Souza era natural de Soure e pode ter sido incorporado à equipe do naturalista quando realizada a primeira viagem para a Ilha Grande de Joanes ou Marajó, em 1783. José da Silva era nascido em Alter do Chão, e talvez tenha se juntado ao grupo quando a expedição iniciou o deslocamento de Belém para vila de Barcelos, na capitania de São José do Rio Negro. É possível que a indicação de seus nomes estivesse associada a atuações anteriores e a habilidades e conhecimentos relacionados ao trato de plantas, animais etc.

No *Extrato do diário da Viagem Filosófica pelo Estado do Grão-Pará*, documento no qual foram listados cronologicamente os deslocamentos realizados até setembro de 1787, há menção aos nomes dos indígenas preparadores. Na parte em que o naturalista agradeceu aos patronos da expedição, exaltou o fato de Martinho de Souza Albuquerque, governador e capitão general do Grão-Pará, ter promovido “em alferes dos índios das suas povoações os dois índios, Cipriano de Souza e José da Silva, por terem servido de preparadores dos referidos produtos, com a habilidade e sujeição” (Ferreira, 1787).

Em carta direcionada a Martinho de Melo e Castro, escrita na vila Barcelos, em setembro de 1789, Rodrigues Ferreira voltou a dar visibilidade aos trabalhos dos indígenas preparadores. O naturalista expunha que aguardava as ordens a respeito dos rumos da expedição, mas não deixou de manifestar o desejo de retornar à Lisboa para dar início ao estudo das coleções reunidas entre Pará e Rio Negro. Na ocasião, elogiou as recolhas de produtos naturais, “em

cujo preparo estão magistralmente empregados dois índios Cipriano de Souza e José da Silva”, atuando em um “novo gênero de serviço, que se diferia dos que fazem os remeiros das canoas”.

A “boa conduta e constância dos mesmos no trabalho” o fez concluir que a Coroa portuguesa poderia continuar, depois de findada a expedição, a contar com os serviços dos ditos indígenas no que se refere às recolhas e às remessas de produtos dos três reinos da natureza. Para tanto, bastava adicionar à letra das patentes de alferes a seguinte informação: ficam “obrigados a continuarem a servir com o mesmo exercício de preparadores dos produtos desta expedição enquanto ela durasse e a prepararem, depois dela concluída, os produtos que se lhes ordenasse” (Ferreira; Lima, [1789] 1953, p. 200).

Cipriano de Souza e José da Silva não eram exceções, embora fossem casos particulares, tendo em vista que atuaram junto a um filósofo da natureza profissional. Um fragmento setecentista revela outra situação em que foram empregados indígenas em atividades de recolha e preparo dos produtos da natureza na capitania de São José do Rio Negro. Num mapa populacional acerca dos cargos e serviços dos índios da vila de Barcelos entre os “oficiais da povoação” aparecem seis principais, um capitão, um alferes e dois abalizados. Como “oficiais de ofícios” foram citados carpinteiros, calafates, jacumaúbas, ourives, sapateiros, ferreiros, oleiros e um deles foi apontado como acompanhante “das pessoas empregadas nas diligências da história natural” (Ferreira, [1786] 1974, p. 21).

No documento não foi descrita exatamente a atividade do último, mas Rodrigues Ferreira o enquadrou ao lado dos índios “empregados em pescadores”, seja em serviços reais, como os levados a cabo no pesqueiro do Rio Branco, ou a acompanhar oficiais militares, empregados nas demarcações reais, o reverendo vigário, o diretor, alguns principais e alguns moradores. Ao considerarmos o incentivo por parte da coroa e de letrados para que em todo o Império português “amadores” fizessem descrições e recolhas de produtos naturais, não é descabido supor que o indígena da vila de Barcelos contemplado no mapa acompanhasse alguém inserido nessa rede ou mesmo que ele próprio era um colaborador.

Embora fosse da vontade de Rodrigues Ferreira retornar para o Portugal e encerrar no Rio Negro a sua relação com Cipriano de Souza e José da Silva, não foi o que ocorreu. Chegou de Lisboa a ordem de que a expedição deveria seguir por rio para o Mato Grosso com a maior brevidade possível. Para tanto, o naturalista elaborou uma relação de providências indispensáveis para o novo deslocamento. Na lista foram contemplados embarcações, mantimentos, armamentos, itens para a botica e o pessoal. Dentre os homens necessários, ganhavam destaque os que comporiam a guarnição militar, a incluir “dois carpinteiros para construir, durante a viagem, os caixões dos produtos”, um capelão para que não faltasse “remédios para as almas” em arriscada viagem, um “ajudante de cirurgia ou pelo menos quem saiba sangrar”, “índios remeiros”, um indígena para os serviços pessoais de cada um dos empregados da expedição e “os dois índios preparadores que são os mesmos que vieram da capitania do Pará e continuam dito exercício” (Ferreira; Lima, [1789] 1953, p. 200).

Em documento com conteúdo semelhante, escrito quando a expedição se encontrava em Vila Bela, Rodrigues Ferreira fez igual solicitação. Junto com canoas e montarias, munições de guerra e caça, uma botica e homens para compor a guarnição militar e para atuar como remeiros, solicitou que “os dois índios alferes que com o emprego de preparadores dos produtos naturais acompanham a expedição” fizessem parte do contingente que percorreria os rios Cuiabá, Paraguai e Jauru (Ferreira; Lima, [1789] 1953, p. 341).

Mais uma vez, o naturalista sabia que não poderia abrir mão da companhia, dos trabalhos e, principalmente, dos conhecimentos, a incluir os que possuíam e os que adquiriram em contato com os membros da expedição científica, dos indígenas preparadores. Logo que a expedição chegou à Vila Bela foi anunciada a primeira baixa na equipe: faleceu o jardineiro botânico Agostinho do Cabo. Era ele um dos sujeitos empregados no preparo dos produtos naturais enviados para Lisboa. Com a sua morte no Mato Grosso, Cipriano de Souza e José da Silva ocuparam o papel central na recolha e no preparo das remessas.

Mesmo com uma documentação lacunar e pouco específica a respeito de suas ações e saberes, é possível afirmar que Cipriano de Souza e José da Silva não desempenharam papéis pontuais ou secundários na coleta de informações e na formação da coleção enviada para Portugal, reconhecida até os dias atuais como de grande relevância e amplitude para o campo científico. Ao lado de outros práticos, sejam eles indígenas ou não, suas vidas em trânsito podem ser colocadas no centro de investigações historiográficas que queiram compreender as dinâmicas construtivas de conhecimentos para além da ação de sujeitos com formação letrada especializada.

Embora planejadas na metrópole – a seguir uma “grade de pensamento” adquirida na universidade, em academias, laboratórios e gabinetes – era no ultramar, em regiões desconhecidas pelos viajantes, que os deslocamentos ocorriam. Ao atuar como preparadores, remeiros, pilotos, guias, carregadores, línguas e informantes, os povos que viviam nos territórios percorridos não eram somente a mão de obra disponível localmente. Eles dominavam conhecimentos sobre as configurações dos rios e caminhos por terra e acerca dos animais, dos minerais, dos povos e das plantas que não podiam ser dispensados pelos letrados em campo. Como bem argumentado pelas historiadoras Patrícia Alves-Melo e Ângela Domingues,

Estes conhecimentos tinham a sua origem e maestria numa aprendizagem obtida ao longo de gerações entre indivíduos da mesma comunidade, da mesma família ou com a mesma experiência profissional, experientes na navegação de determinadas rotas fluviais, que detinham um conhecimento específico, especializado ou iniciático em relação a determinadas funções e tarefas ligadas ao dia a dia dos expedicionários e relacionadas com a recoleção dos alimentos e a forma de os preparar; a utilização de plantas para curar febres, feridas e mordeduras de animais e insetos; a escolha de locais que fossem abrigos seguros; a abertura de trilhos na floresta e o conhecimento de labirintos fluviais para progredir eficientemente no terreno; o domínio de línguas e protocolos de aproximação que permitissem encetar, de forma eficiente, a comunicação e obter a colaboração e o apoio das comunidades indígenas (Domingues; Alves-Melo, 2021, p. 159-160).

Um sujeito, ao compartilhar o que sabe sobre um curso d’água, um obstáculo geográfico, uma planta, um animal, um povo, uma língua, não pode ser compreendido como um informante passivo que simplesmente responde às perguntas feitas por um naturalista. Não deve, portanto, ser visto como vetor de transmissão de informação bruta a ser lapidada e transformada em saber erudito por pessoas supostamente mais capacitadas. As informações compartilhadas já são, em si, conhecimentos sobre a natureza, os territórios e suas populações, tais conhecimentos são reelaborados em contato com outras formas de pensar.

Uma vez cumpridas as ordens na capitania de Mato Grosso e Cuiabá, os integrantes da Viagem Filosófica fizeram o percurso de volta para Belém e, passados alguns meses, retornaram

em definitivo para Lisboa. No documento que anunciava a partida, localizamos mais um vestígio da vida dos indígenas Cipriano de Souza e José da Silva. O governador do Pará, Francisco de Souza Coutinho, noticiou, em carta datada de outubro de 1792:

em o navio Príncipe da Beira, de que é comandante o tenente Manoel da Silva Thomaz, embarca o doutor Alexandre Rodrigues Ferreira com os dois desenhadores, José Joaquim Freire e Joaquim José Codina, levando também os dois índios capitães das suas povoações e que acompanharam esta expedição como preparadores (Ferreira; Lima, [1792] 1953).

Para Corrêa Filho, “estes iam pleitear recompensas à dedicação com que, em tão longa jornada, serviram inteligentemente ao naturalista” (Corrêa Filho, 1939, p. 146). É difícil mensurar quais foram as motivações de José da Silva e Cipriano de Souza para se deslocar, a acompanhar a extensa coleção de plantas, minerais, animais, artefatos humanos, diários e memórias que ajudaram a formar, para Lisboa. De todo modo, embora não fosse algo necessariamente corriqueiro, eles não foram os únicos a vivenciar a experiência de ser arrancados de suas terras e levados para a Europa.

Mulheres, homens e crianças naturais da América e da África, tidos como “exemplares exóticos” ou possuidoras de características físicas ou culturais que despertassem a “curiosidade” em reis, rainhas e mesmo na população comum, experienciaram situações semelhantes durante a Época Moderna. Na segunda metade do setecentos, em conjunto com descrições textuais, imagens, exemplares da cultura material e de ossadas, os corpos não europeus passavam também a ser tomados como objeto de investigação científica. O tópico a seguir tem como objetivo tratar dessas questões e do deslocamento de Cipriano de Souza e José da Silva para Lisboa.

Cruzando o Atlântico: corpos e conhecimentos em trânsito

Com o advento das ciências modernas, o estudo das diferenças humanas, explicadas a partir das características físicas, da cor da pele e do local de nascimento ganhou espaço no mundo letrado europeu. A historiadora Eneida Mercadante Sela recorreu às teorias científicas elaboradas no século XVIII para entender como as diferenças humanas foram descritas por viajantes europeus que visitaram o Rio de Janeiro na primeira metade do oitocentos. De acordo com a autora, foram formuladas no período três grandes teorias explicativas:

As chamadas “teorias climáticas” apostavam nas condições geográficas como fator determinante da natureza das gentes; já as de “subsistência” dividiam a população da Terra de acordo com o estágio de desenvolvimento social baseadas em seus meios de sustento e sobrevivência. A terceira categoria é a taxonômica de Lineu (Sela, 2008, p. 46).

No sistema taxonômico de Lineu, o gênero *Homo* foi dividido em seis grupos: *Homo europaeus*, *Homo asiaticus*, *Homo afer* e *Homo americanus*, além dos “selvagens” e dos “monstruosos”. O europeu foi descrito como “claro, sanguíneo, musculoso, cabelo louro, castanho, ondulado, olhos azuis, delicado, perspicaz, inventivo, coberto por vestes justas e governado por leis”. O asiático como “escuro, melancólico, rígido, cabelos negros, olhos escuros, severo, orgulhoso, cobiçoso, coberto por vestimentas soltas, governado por opiniões”. O americano como “cor

de cobre, colérico, ereto, cabelo negro, liso e espesso, narinas largas, semblante rude, barba rala, obstinado, alegre, livre, pinta-se com finas linhas vermelhas e guia-se por costumes”. E o africano como “negro, fleumático, relaxado, cabelos negros e crespos, pele acetinada, nariz achatado, lábios túmidos, engenhoso, indolente, negligente, unta-se com gordura e governado pelo capricho” (Sela, 2008, p. 33-34). O uso de adjetivos que se sobressaíam ao apontamento de características e descrições objetivas, atrelam-se, como não é novidade, ao pressuposto de que o homem branco europeu ocupava o mais alto estágio na escala civilizacional.

Outro importante autor do período que ensaiou explicações sobre as diferenças humanas foi o conde de Buffon, alinhando seus estudos à importância conferida ao clima elaborada por Montesquieu (Schiavinatto, 2011, p. 14). O naturalista francês arquitetou uma teoria na qual a pluralidade dos costumes e das leis era explicada a partir “da influência do clima, pela diferença na alimentação, pela maneira de viver, pelas doenças e epidemias, e pela mistura de indivíduos mais ou menos parecidos” (Raminelli; Silva, 2014, p. 333). Sobre a população nativa da América defendeu que ela era degenerada, assim como a sua natureza em geral, devido aos efeitos maléficos do clima. Como afirmam Ronald Raminelli e Bruno Silva, “Buffon teve enorme responsabilidade na divulgação das teses sobre a inferioridade dos homens americanos” (Raminelli, Silva, 2014, p. 336).

Não eram somente essas balizas teóricas que guiavam os escritos dos letrados do setecentos quando tomavam as populações nativas das porções geográficas percorridos como objeto de estudo. Outras características, como as atividades produtivas e comerciais, ganharam relevo em seus escritos. Além disso, tais populações não aparecem nos relatos dos naturalistas somente como um dos temas de investigação que inventariavam e analisavam. Na documentação legada pela Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, mesmo que de forma fragmentada, as diferentes nações de indígenas podem ser percebidas como protagonistas no processo de construção do conhecimento sobre a natureza e territórios, como apontado no tópico anterior.

De todo modo, Rodrigues Ferreira e outros letrados contemporâneos, tal como Antonio Pires da Silva Pontes, também formado em Coimbra e membro da Comissão de Demarcação das Fronteiras que percorreu quase o mesmo trajeto da Viagem Filosófica poucos anos antes, estavam em contato com o debate intelectual que classificava e hierarquizava os seres humanos. Silva Pontes, por exemplo, não hesitou em apresentar no seu primeiro discurso na Academia Real das Ciências de Lisboa, quando retornou da expedição na Amazônia, a *Memória sobre os homens selvagens da América meridional* (1792). O texto servia como introdução aos seus relatos de viagem, escritos em regiões de fronteiras das capitanias do Pará, Rio Negro e Mato Grosso e Cuiabá, igualmente apresentado aos acadêmicos.

O letrado principiou o escrito a ressaltar que “o português iluminado” era um homem “de todas as nações, de todos os continentes, branco da Europa, preto em Guiné e cor de terra na América”. Neste quebra-cabeça humano, argumentava, Portugal era uma peça fundamental, tendo em vista que “nessa parte do mundo vegeta o coração dos homens com o *cotyledon* de todas as virtudes sociáveis” (Pontes, 1792). É particularmente revelador da formação letrada e de um esforço de analisar o mundo a partir deste espaço o fato de Silva Pontes mobilizar uma linguagem das ciências naturais para explicar as diferenças humanas e sociais. Ele fazia um esforço de situar o lugar dos portugueses em relação aos indígenas da América e da África que eram, como escreveu, “irmãos de um mesmo pai e de uma mesma família que somos sobre a face da terra” (Pontes, 1792).

De acordo com o dicionário de termos botânicos, *cotyledon* ou cotilédone corresponde a “folha embrionária (ou seminal) com reservas nutritivas” (Fernandes, 1972) e desempenha o papel fundamental de fornecer nutrientes ao vegetal enquanto ele ainda não produz quantidade suficiente para sua nutrição. Ao fazer analogia com as relações entre os povos, deixava entrever que acreditava ser naquela parte do mundo, no continente europeu, onde estavam armazenadas as virtudes sociais responsáveis por nutrir os “homens selvagens”. Estes, por sua vez, eram sujeitos capazes de serem educados, pois “o caráter do próprio homem é nada saber, sem que o aprenda, exceto chorar, não fala, não anda, não come sem ser ensinado” (Pontes, 1792). Em suma, como não era estranho no universo letrado do período, Antonio Pires da Silva Pontes considerava que os portugueses carregavam consigo a missão de civilizar as populações americanas e africanas.

Em um diálogo com os teóricos do período, tais como Lineu, Buffon e Robertson, que procuravam explicar as diferenças humanas a partir dos pressupostos científicos, Alexandre Rodrigues Ferreira produziu, ainda enquanto estava na América, as *Observações gerais e particulares sobre a classe dos mamíferos observadas nos três rios do Amazonas, Negro e da Madeira*. Segundo o naturalista, tratava-se da primeira das seis classes em que Lineu dividiu o reino animal. Nela, o ser humano ocupava a primeira ordem, distinguindo-se por ter conhecimento de si mesmo. A “diversidade de sua cor, os diversos lugares em que habita, os seus usos e faculdades corporais indicam que, como em outros animais, também a sua espécie apresenta variedades” (Ferreira, 1972, p. 74).

O homem americano, designado como “índio tapuia”, era uma dessas variações. Segundo Rodrigues Ferreira, além das características físicas, eles diferiam dos europeus “no exercício da potência e faculdade intelectual” (Ferreira, 1972, p. 75). Sobre a “sua razão não é mais iluminada nem mais providente que o instinto dos animais”, escrevia (Ferreira, 1972, p. 82). Tinham cor de cobre ou de castanho, sendo algumas nações “mais ou menos retintas que a outra”, o que explicava pela maior ou menor exposição ao sol e a altitude dos terrenos que habitavam. Segundo o naturalista, à primeira vista pareciam tratáveis, mas quando examinados de perto revelavam o seu “ar selvagem e de desconfiança”.

Ainda assim não havia dúvida sobre a sua humanidade: os “índios tapuias” não deveriam ser considerados “menos gente do que nós”, afirmava o naturalista. Porém era preciso “reconhecer que estão em outro estado da sociedade, em outra ordem das coisas, em outro país e com diferentes necessidades, pelas quais perdem grande parte de sua energia” (Ferreira, 1972, p. 89). Do mesmo modo que Antonio Pires da Silva Pontes, Alexandre Rodrigues Ferreira corroborava com a narrativa da suposta superioridade dos homens europeus.

Antes da escrita do texto sobre os homens americanos, o naturalista remeteu para o Real Gabinete de História Natural de Lisboa “a cabeça de um índio, o qual foi achado entre os outros muitos troféus que possuía o gentio Munduruku, que habita nos dois rios do Tapajós e do Xingu e, ao dia de hoje, se vem aproximando do Madeira” No mesmo momento enviou uma gargantilha de dentes. E, dentro de um cestinho, uma massa untuosa e incorporada com urucu, a qual disseram alguns práticos ser de “cérebro humano que lhes servia de unguento para as suas unções” (Ferreira, [1787] 1974, p. 63). O assunto não se encerrou em cérebro, dentes e cabeça, Rodrigues Ferreira registrou ter visto “algumas gaitas que são tíbias de pernas de homens”.

As passagens compõem a *Memória sobre o gentio Mura*, na qual foi narrada “redução de paz e amizade” com os portugueses. O naturalista supunha serem ossos desta nação, concebida

pelos colonizadores como “índios de corso”, mas que começava a apresentar sinais de inserção nos “trilhos da civilização”. As *Observações sobre os mamíferos da América meridional*, o envio de uma cabeça, de dentes e de um possível cérebro para Lisboa e a menção a ossadas humanas não são fatos desconectados. Ao contrário, sinalizam para um interesse comum de investigação, o ser humano, mais precisamente o que habitava o continente americano.

Diante do exposto não é descabido supor que os indígenas Cipriano de Souza e José Silva acompanhavam o naturalista para Lisboa para serem incorporados como objeto de investigação científica em conjunto com a flora, fauna, minerais e a cultura material das nações americanas. Dentre os muitos corpos, sejam eles próprios ou suas fotografias, arrancados de suas “pátrias” para serem expostos na Europa e na América do Norte no século XIX, a pesquisadora Sandra Koutsoukos analisou a história do rapaz Botocudo (Quacke). Depois de servir de ajudante do naturalista, etnologista e príncipe prussiano Maximiliano de Wied-Neuwied, que viajou pelo Brasil entre 1815 e 1817, o jovem Quacke foi levado para a Europa.

Além da coleção formada com o auxílio de seu trabalho e conhecimentos, ia acompanhado do “crânio de um jovem Botocudo (que ele [Maximiliano] mesmo desenterrara e roubara de uma floresta, após assistir de longe a seu sepultamento), além de artefatos, desenhos, rabiscos e apontamentos” (Koutsoukos, 2021, p. 195). O possessivo Maximiliano julgava o Quacke “*tão seu* que o levou consigo para ser apresentado como objeto de curiosidade científica às cortes europeias; *tão seu* que o Botocudo nunca retornaria a sua própria terra, permanecendo como peça viva de museu no palácio do príncipe até morrer” (p. 195). Sandra Koutsoukos indaga:

Imagine como deve ter sido contada a história de Quacke naquela corte na época e nos anos seguintes: um selvagem canibal fora resgatado de uma selva cheia de perigos, por um príncipe destemido. Um selvagem que, sendo alvo da benevolência e do espírito humanitário do príncipe (caso não negassem a humanidade do Botocudo), fora trazido para a civilização. E sabe o que mais? Que fora levado a viver no palácio real dos Wied-Neuwied, não menos que isso! Que ali ele tinha podido se educar e até travar conhecimento com as mentes mais sábias e ilustradas da sociedade da época (Koutsoukos, 2021, p. 201).

Embora a autora faça tal projeção pensando nos Botocudo – considerados pelos colonizadores como uma nação avessa à civilização e contra a qual a coroa portuguesa decretou guerra em 1808 – talvez seja possível supor que as trajetórias de Cipriano de Souza e José da Silva tenham sido marcadas por narrativas semelhantes. Koutsoukos não deixou de conjecturar como teria vivido o jovem botocudo em terras europeias. Recuperou, para tanto, um comentário de Câmara Cascudo: “vivendo no castelo do príncipe de Wied, o índio logo perdeu alguns hábitos. Ele apenas atirava suas flechas e cantava as canções de sua tribo distante em troca de pagamento” (Koutsoukos, 2021, p. 201). Além disso, bebia de maneira recorrente. Na avaliação de Sandra Koutsoukos, o folclorista

não disfarça o preconceito contra o índio, que fora, ora bolas, tirado de sua terra, de sua gente, de sua língua, e levado para ser exibido e estudado ao vivo indefinidamente. Com o tempo, já um tanto integrado na *civilização*, aquele índio aprendera o valor do trabalho em troca de dinheiro, e sobre o valor e o gosto da bebida – que, provavelmente, ele comprava com o que conseguia em pagamento

por suas apresentações. Uma bebida que o aquecia naquele país de clima gelado, ajudava-o a esquecer e lhe dava coragem, até para enfrentar as possíveis *punições*. Enquanto peça viva de museu, Quacke não tinha o direito de ter vontade própria (Koutsoukos, 2021, p. 201).

Por volta de 1834, o Quacke faleceu: “como era de esperar, seu corpo foi usado como objeto de estudo; e o crânio de mais um Botocudo virou item de coleção e exibição do Museu de Anatomia de Bonn” (Koutsoukos, 2021, p. 202). Podemos imaginar que Cipriano e José tenham tido destinos semelhantes. No entanto, há um vestígio que distingue a história de vida, ao menos do último, depois da partida da América. Como dissemos no início do artigo, José da Silva, em Lisboa, não ocupou somente a posição de objeto de estudo ou da “curiosidade” europeia. Ele atuou profissionalmente, a desempenhar a função de preparador de produtos naturais, no Complexo da Ajuda. Não sabemos se Cipriano de Souza desempenhara função parecida, tendo em vista que a última pista que temos sobre a sua vida é mesmo a partida de Belém.

Segundo atesta o breve manuscrito assinado por Vandelli, José da Silva era reconhecido como um prático e as experiências de uma década na Viagem Filosófica na Amazônia eram lembradas na ocasião de solicitar aumento de seu ordenado. Além de atuar no processo de recolha de informações e de exemplares da natureza amazônica, ele pode ter colaborado com experiências de aclimação de espécies e estudos feitos no gabinete de história natural e no jardim botânico. Trata-se, portanto, da transferência para a Portugal não somente dos conhecimentos indígenas, algo que foi frequente durante o período colonial, mas do próprio corpo e da mente que os detinham.

Considerações finais

Os naturalistas-viajantes que percorreram regiões diversas nos continentes americano e africano levavam consigo objetivos específicos e uma “grade de pensamento” previamente estabelecidos. Ao longo das viagens eram tensionados por questões de múltiplas ordens que impactavam diretamente nos resultados alcançados. Para se concretizarem em terrenos pisados pela primeira vez pelos viajantes, era preciso construir uma rede de apoio local. Administradores coloniais eram responsáveis por acolher os letrados e suas equipes, garantir equipamentos, embarcações, pessoal, alimentos, medicamentos. Governadores, militares, ouvidores, juízes de fora, religiosos instalados nas conquistas também faziam, portanto, parte da rede de construção do conhecimento sobre a natureza e os territórios coloniais.

Entretanto, os sujeitos atrelados diretamente à malha administrativa da monarquia não eram os únicos a desempenhar papéis-chave para a concretização do trabalho de campo. Os povos das conquistas – equalizados nos discursos das autoridades lusitanas em decorrência da condição colonial e entendidos como vassalos hierarquicamente inferiores (Lara, 2007, p. 263-264) – foram igualmente protagonistas durante a realização das viagens. A afirmação é parte da compreensão de que o conhecimento foi produzido a partir dos trânsitos e dos contatos recíprocos com sujeitos cuja pretensão era de subalternizar. Em linhas gerais, os viajantes-cientistas em campo recorriam tanto aos saberes de experiência, ou seja, de manejo da natureza acumulados pelos povos das conquistas, quanto aos que abriam um intercâmbio direto com a produção da ciência europeia, por exemplo, a botânica e a zoologia.

Concluo o artigo com alguns pensamentos que me rondam desde quando tive notícia de que José da Silva chegara vivo em Portugal e manteve-se a trabalhar do Museu e Jardim Botânico Real. O que sentia, com seu corpo indígena, em meio aqueles letrados de casaca envoltos com plantas, animais, rochas? Onde e com quem morava, o que comia, o que vestia? Qual o sentimento de estar em contato com a coleção levada, tanto quanto ele, para um local estranho? Não temos respostas empiricamente comprováveis, o único registro de sua vida em Lisboa é mesmo a solicitação de aumento do ordenado assinada por Vandelli. Arriscamos, tão somente, umas linhas conclusivas.

Batizado com o nome português, José da Silva, teve sua língua, origens culturais e históricas silenciadas. Arrancado de seu território e separado da sua gente, personifica e materializa uma das tantas violências colonialistas da época moderna, atualizadas e preenchidas de novos usos políticos e ideológicos nos séculos XIX e XX. Por outro lado, ainda que não se anule a violência desse processo, ele e Cipriano de Souza tiveram os seus conhecimentos incorporados ao que concebemos como ciência moderna. Se a Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira acumulou um conhecimento significativo sobre a natureza, o território e as populações da Amazônia setecentista, é também preciso considerar que não se tratou de um feito somente seu e de sua equipe com formação especializada. É o que nos faz crer que os diários, as memórias, as correspondências, os desenhos e as coleções legados da (muito) estudada expedição científica ainda nos reservam possibilidades de análise.

Referências bibliográficas

- ABDALLA, F. T. de M. *O peregrino instruído*: um estudo sobre o viajar e o viajante na literatura científica do Iluminismo. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- ALMEIDA, G. B. *Rios de conhecimentos*: os povos das conquistas e as expedições científicas na Amazônia e na África Oriental portuguesa (1780-1798). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
- ANTUNES, A. P.; MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C. Practical Botanists and Zoologists: Contributions of Amazonian Natives to Natural History Expeditions (1846-1865). *História Crítica*. [online], n.73, p. 137-160, 2019.
- BLUTEAU, R.; SILVA, A. M. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. v. 2. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>. Acesso em: 27 jun. 2022.
- BRIGOLA, J. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*: museu, viagem e história natural: expedições científicas ao Brasil e à África. Lisboa: Omni Scriptum; Novas Edições Acadêmicas, 2019.
- CORRÊA FILHO, V. *Alexandre Rodrigues Ferreira*: vida e obra do grande naturalista brasileiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- DOMINGUES, A. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII*: política, ciência e aventura. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

- DOMINGUES, A.; ALVES-MELO, P. Iluminismo no mundo luso-brasileiro: um olhar sobre a Viagem Filosófica à Amazônia, 1783-1792. *Ler História* [online], n. 78, 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/7879>. Acesso em: 21 mar. 2022.
- FERNANDES, R. B. Glossário de termos botânicos. *Anuário da Sociedade Broteriana*, v. 38, p. 181-292, 1972.
- FERREIRA, A. [*Extrato do diário da Viagem Filosófica pelo Estado do Grão-Pará*]. Barcelos, AM: 31 out. 1787. 48 p. Original manuscrito. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Catálogo de Exposição de História do Brasil (CEHB), n. 1, 006. ABN, v. 1, p. 125. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 31 out. 1787.
- FERREIRA, A. *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* (Memórias Zoologia/Botânica). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.
- FERREIRA, A. *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* (Memórias Antropologia). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, [1787] 1974.
- FERREIRA, A. R.; LIMA, A. P. de. *Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira*: documentos coligidos e prefaciados por Américo Pires de Lima. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, [1789; 1792] 1953.
- FERREIRA, B. Economia da natureza: a história natural, entre a teologia natural e a economia política (Portugal e Brasil, 1750-1822). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- KOUTSOUKOS, S. *Zoológicos humanos*: gente em exibição na era do imperialismo. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.
- KURY, L. Les instructions de voyage dans les expéditions scientifiques françaises. *Révue d'Histoire des Sciences*, v. 51, n. 1, p. 65-91, 1998.
- KURY, L. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v. 11, supl. 1, p. 109-129, 2004.
- KURY, L. As viagens filosóficas: Vandelli e a história natural. In: BRIGOLA, J. et al. (orgs). *O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Dantes, 2008. p. 73-82.
- LARA, S. *Fragmentos setecentistas*: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LIVRO de registro dos decretos, portarias, avisos e outras regias determinações que baixam ao Real Jardim Botânico Laboratório Químico, Museu e Casa do Risco Museu Nacional de História Natural e da Ciência. (Paço em 21 de abril de 1798. Marquês Mordomo-mor – Domingos Vandelli). MUL-AH-PL-UI-1863. Lisboa: Acervo Histórico/Universidade de Lisboa (MUHNAC), 1798.
- PATACA, E. M. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Tese (Doutorado em Ensino e História das Ciências da Terra) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- PATACA, E. M. *Mobilidades e permanências de viajantes no Mundo Português*: entre práticas e representações científicas e artísticas. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- PONTES, A. *Memória sobre os homens selvagens da América Meridional que serve de introdução às viagens de Antonio Pires da Silva Pontes...* Manuscritos. Série Azul. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1792.
- PROVISÕES, patentes e nomeações. Códice 368. Belém: Arquivo Público do Estado do Pará, 1780-1795.

- RAJ, K. Além do pós-colonialismo... e pós-positivismo: circulação e a história global da ciência. Tradução de Juliana Freire. *Revista Maracanan*, n. 13, p. 164-175, dez. 2015.
- RAMINELLI, R. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.
- RAMINELLI, R; SILVA, B. Teorias e imagens antropológicas na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. v. 9, n. 2, p. 323-342, 2014.
- REIS, A. Amazônia vista pelo Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, separata, jun.-set. 1957.
- SANJAD, N.; PATACA, E.; SANTOS, R. Knowledge and Circulation of Plants: Unveiling the Participation of Amazonian Indigenous Peoples in the Construction of Eighteenth and Nineteenth Century Botany. *Journal of History of Science and Technology*, v. 15, p. 11-38, 2021.
- SCHIAVINATTO, I. Entre escritos, impressos, imagens: aspectos da cultura visual: Lisboa/Rio de Janeiro, 1770-1830. In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. *Anais... São Paulo*: Anpuh, julho 2011.
- SCHIAVINATTO, I. *Apontamentos sobre a ilustração científica no mundo luso-brasileiro, 1750-1820*. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- SELA, E. *Modos de ser e modos de ver: viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- SIMON, W. *Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.
- VANDELLI, D. Viagens filosóficas ou dissertações sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observa. In: BRIGOLA, J. et al. (orgs.). *O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Dantes, [1779] 2008. p. 93-158.

Recebido em janeiro de 2022

Aceito em março de 2022